

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates
pela História

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano
Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende
Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

DEPÓSITO LEGAL

.....

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

2



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XXI
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro
Coordenação



utros Combates
pela História

HISTÓRIA E POLÍTICA

Fernando Tavares Pimenta

PERSPECTIVAS DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL PORTUGUESA
(SÉCULO XX)

A historiografia colonial portuguesa teve um aparecimento tardio e não completamente emancipado da esfera política. O Estado Novo privilegiou o estudo do período das grandes descobertas marítimas portuguesas nos séculos XV e XVI, mas nunca apostou seriamente na promoção de uma autêntica historiografia colonial, pelo menos no que diz respeito à época contemporânea. Na realidade, o rígido controlo político e cultural exercido pelo salazarismo sobre as Universidades não criou as condições necessárias para o desenvolvimento de uma historiografia sobre o colonialismo português. A ideologia nacionalista do regime — com a sua exaltação exacerbada da «glória» do Império — não era consentânea com uma análise científica da realidade histórica colonial portuguesa. As publicações que se faziam na metrópole sobre as colónias tinham um carácter fundamentalmente político e propagandístico, sendo disso exemplo os álbuns comemorativos das exposições coloniais¹ e a «Monografia do Império» de Henrique Galvão e Carlos Selvagem². Posteriormente, a transformação nominal das colónias em províncias ultramarinas, a propagação das doutrinas integracionistas nos círculos políticos da ditadura e a negação oficial, por parte do governo salazarista, da existência de um colonialismo português dificultou ainda mais o aparecimento de uma verdadeira historiografia colonial em Portugal. Assim, foi só muito tardiamente que a Junta de Investigação do Ultramar, muito por influência de Adriano Moreira, começou a promover a publicação de trabalhos sobre os alvares da colonização portuguesa em África, entre os quais algumas compilações documentais que abarcavam pelo menos em parte o século XIX. Houve, é certo, algumas figuras ligadas ao regime que se salientaram pelos seus trabalhos sobre questões coloniais, nomeadamente Adriano Moreira³,

¹ Henrique Galvão — *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional, 1934.

² Henrique Galvão; Carlos Selvagem — *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

³ Adriano Moreira — *Política Ultramarina*. Porto: JIU, 1956; Adriano Moreira — «As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique», separata da revista *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2, 1956.

Silva Cunha⁴ e o próprio Marcelo Caetano⁵. Mas eram trabalhos mais na área da ciência política e do direito colonial, do que propriamente no campo da história.

Este vazio historiográfico foi em parte suprido pela publicação no estrangeiro de alguns estudos elaborados por intelectuais portugueses exilados. Foi o caso de Alfredo Margarido⁶, autor de numerosos artigos sobre diversos aspectos da história e da literatura das colónias portuguesas, de Armando de Castro⁷ e de Eduardo Sousa Ferreira⁸. A par destes portugueses no exílio, alguns académicos estrangeiros foram pioneiros nos seus trabalhos sobre a história do colonialismo português em África. Podemos relembrar aqui os casos mais conhecidos de James Duffy⁹, Richard Hammond¹⁰, Douglas Wheeler¹¹, John Marcum¹² e René Pélissier¹³, cujos livros constituem ainda hoje obras de referência para a história das antigas colónias portuguesas em África. Um caso ainda a realçar foi o de Charles Boxer¹⁴ que, embora não se tenha ocupado directamente do Império Português contemporâneo, criou as bases para uma primeira abordagem ao tema graças às suas sólidas pesquisas para o período anterior a 1825. Refira-se ainda que, mesmo depois do 25 de Abril de 1974, foi no estrangeiro que se continuou a fazer grande parte da investigação histórica sobre o colonialismo português contemporâneo. Assim, nas décadas de 1980 e de 1990, salientaram-se pelas suas pesquisas e pelas suas publicações vários investigadores europeus, entre os quais Gervase

⁴ J. M. da Silva Cunha – *Aspectos dos movimentos associativos da África Negra* (2 volumes). Lisboa: JIU, 1958-1959; J. M. da Silva Cunha – *Questões ultramarinas e internacionais* (2 volumes). Lisboa: Ática, 1960-1961.

⁵ Marcelo Caetano – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951; Marcelo Caetano – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954; Marcelo Caetano – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Lisboa: Ática, 1971.

⁶ Grande parte dos artigos de Alfredo Margarido foram reunidos num livro que foi publicado em Portugal em 1980. Veja-se Alfredo Margarido – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

⁷ Armando de Castro publicou os seus estudos em Portugal já depois do 25 de Abril de 1974. Veja-se Armando de Castro – *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Caminho, 1978.

⁸ Eduardo Sousa Ferreira – *Portuguese Colonialism from South Africa to Europe*. Freiburg: Aktion Dritte Welt, 1972.

⁹ James Duffy – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959; James Duffy – *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

¹⁰ Richard Hammond – *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

¹¹ Douglas Wheeler; René Pélissier – *Angola*. London: Pall Mall Press, 1971.

¹² John Marcum – *The Angolan Revolution*. Vol. I: *The Anatomy of an Explosion, 1950-1962*. Vol. II: *Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*. Cambridge: MIT Press, 1969-1978.

¹³ Entre os seus múltiplos trabalhos sobre as colónias portuguesas salientamos estes dois livros: René Pélissier – *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978; René Pélissier – *Le naufrage des caravelles. Études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1979.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, Charles R. Boxer – *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

Clarence-Smith¹⁵, David Birmingham¹⁶, Malyn Newitt¹⁷, Christine Messiant¹⁸, Michel Cahen¹⁹ e Patrick Chabal²⁰.

No entretanto, em Portugal, derrubada a ditadura, instaurada a democracia e terminado o ciclo do Império, parecia haver finalmente as condições para o rápido desenvolvimento de uma historiografia nacional sobre o colonialismo português no século XX. Mas não foi assim por vários motivos. Desde logo, por uma questão de dificuldade no acesso às fontes, na medida em que determinados arquivos — como por exemplo o do Ministério do Ultramar — ficaram durante muito tempo desorganizados ou vedados à consulta. Falta de fundos, falta de condições logísticas, falta de pessoal qualificado, falta de vontade política, tantas razões impediram o uso para fins de investigação de documentação fulcral para o entendimento da nossa história colonial. Além disso, a legislação que tutela os arquivos também entrouvrou durante anos o acesso às fontes arquivísticas. É que de acordo com a legislação portuguesa, foi preciso esperar vinte, vinte cinco ou mesmo trinta anos para aceder à documentação dos principais arquivos portugueses. Foi o caso do Arquivo António Oliveira Salazar e do Arquivo PIDE/DGS, ambos guardados na Torre do Tombo, ou do Arquivo do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Não admira por isso que a historiografia colonial portuguesa tenha demorado a arrancar.

Mas há outros factores que explicam o atraso no arranque da historiografia colonial portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao estudo da fase final da presença portuguesa no continente africano. Factores de ordem política relacionados com a forma como terminou o Império Colonial Português. Com efeito, a prolongada guerra colonial, o trágico processo de descolonização levado a cabo pelos portugueses em África, as guerras civis que se seguiram em algumas das antigas colónias, enfim toda uma série de motivações políticas não proporcionaram o estabelecimento das condições necessárias para a realização de uma reflexão histórica serena e desapassionada do fenómeno colonial. O colonialismo português continuou a ser — durante anos — objecto de discussões apaixonadas entre políticos e militares portugueses e africanos. A África continuou a ser no plano das ideias um imenso «campo de batalha» para visões políticas diferentes do período colonial. E a história continuou a ser usada como uma arma, senão mesmo um instrumento de poder, o que significa que não foi feita uma autêntica «descolonização» — pelo menos imediata — nos estudos sobre o colonialismo português.

¹⁵ Gervase Clarence-Smith – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

¹⁶ David Birmingham – *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*. Oxford: James Currey, 1992.

¹⁷ Malyn Newitt – *Portugal in Africa: the Last Hundred Years*. London: C. Hurst & Co., 1981; Malyn Newitt – *A History of Mozambique*. London: C. Hurst & Co., 1995.

¹⁸ Christine Messiant – *L'Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Paris: Écoles de Hautes Études en Sciences Sociales, 1983.

¹⁹ Michel Cahen; Christine Messiant – *Vilas e cidades. Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers Monde, 1989.

²⁰ Patrick Chabal – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Na verdade, a história passou a ser «usada» para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos, sendo patente uma acentuada «promiscuidade» entre política e história em muita da literatura que inicialmente foi publicada sobre a descolonização portuguesa²¹.

Um outro factor que «dificultou» a emergência dessa historiografia colonial foi o facto de se ter gerado uma certa confusão entre história e memorialismo. De facto, a partir da década de 1990, impôs-se no panorama nacional — à falta de uma literatura científica sobre o fenómeno colonial — uma literatura de carácter memorialista sobre os últimos anos da presença portuguesa em África. Esta literatura memorialista é produzida fundamentalmente por políticos, militares e administradores coloniais, portugueses e africanos, que participaram activamente nos processos políticos da colonização e da descolonização, ou senão na guerra colonial²². Certamente, estas obras de memórias constituem fontes preciosas para a reconstrução da história colonial portuguesa e a sua publicação é mais do que louvável. Mas estes trabalhos não podem substituir uma investigação científica sobre a história recente de Portugal e das suas antigas colónias africanas. Infelizmente, passou-se exactamente o contrário, ou seja procurou-se preencher o vazio historiográfico sobre o assunto por via da elevação ao estatuto de «história semi-oficial» de todo um conjunto de livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais de militares, políticos e administradores portugueses e africanos. Por outras palavras, elevaram-se as memórias, relatos e narrativas pessoais à condição de livros de história, de modo que temos uma história colonial escrita em larga medida pelos agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação historiográfica, pelo que não existe o devido distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento. O facto é que trabalhos deste tipo veiculam necessariamente versões altamente personalizadas — e obviamente politizadas — da história do colonialismo português, facto que não é aceitável numa perspectiva historiográfica. Isto porque a história é uma disciplina científica, com a sua teoria e os seus métodos, que produz conhecimento através de uma análise crítica das fontes. Algo bem diferente da literatura de memórias. Como tal, os relatos de militares, políticos e administradores portugueses, africanos e outros são bem vindos pelo historiador como testemunhos históricos, mas não como obras duma qualquer «história semi-oficial». Tratam-se de fontes históricas e não de livros de história. O historiador

²¹ Entre os muitos livros publicados no rescaldo da descolonização citamos, a título meramente ilustrativo, os seguintes: Pompílio da Cruz – *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976; Jorge Jardim – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976; Luiz Aguiar – *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977; Sá Pereira – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977; João dos Reis – *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*. Queluz: Literal, [s.d.]; Mello Machado – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d.].

²² Citamos aqui alguns exemplos desta literatura de carácter memorialista: Pedro Pezarat Correia – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991; João Paulo Guerra – *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004; General Silva Cardoso – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001; General Gonçalves Ribeiro – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002; António de Almeida Santos – *Quase Memórias*. Vol. 1: *Do colonialismo e da descolonização*. Vol. 2: *Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

terá de saber pô-las em perspectiva, fazendo uma crítica acurada para evitar as «armadilhas» da memória e da política e para poder analisá-las de forma correcta. Foi aliás com o objectivo de desfazer essa confusão entre história e memorialismo que publicámos o livro *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*²³. Neste livro operámos a transformação do depoimento oral de um dos agentes do processo político nacionalista angolano num documento de cariz historiográfico, recorrendo para tal aos instrumentos da crítica historiográfica e fornecendo o necessário enquadramento histórico ao testemunho desse protagonista da história do nacionalismo angolano, da guerra colonial e da descolonização de Angola.

No entanto, apesar de todos estes entraves e dificuldades, tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos uma ainda jovem — mas já consistente — historiografia portuguesa sobre o colonialismo português no século XX. Podemos mesmo dizer que é uma área em forte expansão e que há cada vez mais historiadores nacionais interessados em fazer a história da presença colonial portuguesa em África. Para o efeito contribuiu certamente a publicação de duas obras colectivas dedicadas ao estudo da história colonial portuguesa, mas que algo timidamente ainda se intitulam histórias da «expansão». Tratam-se da *Nova História da Expansão Portuguesa*²⁴, dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão, e a *História da Expansão Portuguesa*²⁵, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri. Contudo, é necessário sublinhar que a terminologia adoptada no título de ambas as obras denota a permanência de uma visão, por assim dizer, «antiquada» do fenómeno colonial. De facto, o título escolhido — «História da Expansão» — remete directamente para a visão tradicional da história dos descobrimentos marítimos e da expansão ultramarina fornecida pela ditadura de Salazar. Facto que demonstra como a historiografia colonial portuguesa ainda não se libertou completamente de certas visões políticas do passado. Portugal não dispõe por isso de uma autêntica história do Império colonial, ao contrário do que acontece na Grã Bretanha, que conta pelo menos com duas obras monumentais a esse respeito: a *Cambridge History of the British Empire* e a *Oxford History of the British Empire*²⁶. Uma lacuna que tem de ser suprida o mais breve possível.

Paralelamente, alguns historiadores, que inicialmente tinham estudado o fenómeno colonial no século XIX, deram também um útil contributo para o progresso da investigação sobre o colonialismo português no século XX. Foi o caso de Valentim Alexandre²⁷ ou

²³ Fernando Tavares Pimenta – *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

²⁴ A. H. de Oliveira Marques; Joel Serrão (Dir. de) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001 (data de publicação do Vol. XI, *O Império Africano, 1890-1930*).

²⁵ Francisco Bethencourt; Kirti Chauduri (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa* (5 volumes). Navarra: Temas e Debates, 2000.

²⁶ Salientamos o volume 4 da «Oxford History» dedicado ao século XX. Veja-se Wm Roger Louis; Judith M. Brown (Ed. by) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century* (Vol. 4). Oxford: Oxford University Press, 1999.

²⁷ Valentim Alexandre – *Velho Brasil. Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000; Valentim Alexandre (Dir. de) – *O Império Africano, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri-IHCUNL, 2000.

de Isabel Castro Henriques²⁸. Mas muitos outros historiadores portugueses têm contribuído com os seus estudos para um conhecimento mais aprofundado da realidade colonial portuguesa na centúria de novecentos. Vejamos, a título ilustrativo, alguns exemplos de trabalhos recentes. Relativamente à implantação do sistema colonial e sobre certos aspectos das relações económicas no seio do espaço imperial ou, no específico, de cada colónia existem alguns estudos muito significativos. No primeiro caso, salientamos a obra colectiva dirigida por Maria Emília Madeira Santos, *A África e a instalação do sistema colonial*²⁹, que corresponde às actas da 3ª Reunião Internacional de História de África. No campo da economia, salientamos os trabalhos pioneiros de Adelino Torres, *O Império Português entre o real e o imaginário*³⁰, de António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*³¹, e, num âmbito mais restrito, de Joana Pereira Leite, *La formation de l'économie coloniale au Mozambique*³², e de Carlos Fortuna, *O fio da meada: o algodão em Moçambique. Portugal e a economia-mundo 1860-1960*³³. Ao nível das ideologias coloniais existem alguns (raros) estudos sobre a recepção do luso-tropicalismo em Portugal, salientando-se nesta área o livro de Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*³⁴. Mas está ainda por realizar um trabalho de fundo sobre as várias ideologias coloniais que presidiram a colonização portuguesa em África desde finais do século XIX até 1975. O luso-tropicalismo foi uma dessas ideologias, mas não foi a única.

Sobre as sociedades coloniais e a formação, o desenvolvimento e as identidades políticas dos núcleos coloniais brancos nas duas maiores colónias portuguesas a produção historiográfica ainda é algo escassa. Cremos aliás termos sido pioneiros nesta área com a publicação, em 2005, do nosso livro sobre os comportamentos políticos da comunidade branca de Angola, cujo título é *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*³⁵. Felizmente, depois dele, já foram publicados outros dois estudos sobre o assunto. Em 2007 foi publicada a tese de doutoramento de Cláudia Castelo sobre as políticas de colonização branca em África, *Passagens para África*.

²⁸ Isabel Castro Henriques – *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

²⁹ Maria Emília Madeira Santos – *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c. 1930)*. Actas da III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 2000.

³⁰ Adelino Torres – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

³¹ António José Telo – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.

³² Joana Pereira Leite – *La formation de l'économie coloniale au Mozambique*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.

³³ Carlos Fortuna – *O fio da meada: o algodão de Moçambique. Portugal e a economia-mundo 1860-1960*. Porto: Afrontamento, 1993.

³⁴ Cláudia Castelo – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

³⁵ Fernando Tavares Pimenta – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.

*O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*³⁶ e, em 2008, foi a vez da nossa tese de doutoramento, *Angola. Os Brancos e a Independência*³⁷. Neste livro analisámos o relacionamento político entre o poder colonial português e os colonos brancos em Angola, bem como a atitude dos brancos perante a questão da independência. A análise levou-nos a concluir da existência de um fenómeno de nacionalismo branco, ou se preferirmos de matriz euro-africana, cujo objectivo era a formação de um Estado Angolano independente, no qual os brancos pudessem assumir uma posição de relevo na vida económica, social e política do país.

Relativamente à guerra colonial e às guerrilhas nacionalistas africanas, tem-se assistido nos últimos tempos a um aumento significativo da literatura de carácter histórico sobre o tema. Esse crescimento deve-se em grande parte ao trabalho dos próprios africanos, que começam a escrever sobre a sua história recente, mas também a alguns portugueses. Entre os africanos destacamos o papel pioneiro de Mário Pinto de Andrade³⁸, que foi precursor na sua análise sobre as origens do nacionalismo africano nas colónias portuguesas e na história do MPLA. Carlos Pacheco³⁹ e Jean-Michel Mabeko Tali⁴⁰ também se debruçaram sobre a história do MPLA. Entre os portugueses, sublinhamos o esforço pessoal de Dalila Cabrita Mateus, autora de dois livros sobre os nacionalismos africanos e a guerra colonial, um sobre as elites fundadoras do MPLA, da Frelimo e do PAIGC⁴¹, e outro sobre o papel da PIDE na guerra colonial⁴². Existem também já alguns estudos sobre o papel da Igreja Católica⁴³ e das Igrejas Protestantes na consciencialização política das maiorias africanas durante o colonialismo português. Sempre no âmbito da guerra colonial, Nuno Mira Vaz⁴⁴ trabalhou sobre as opiniões públicas durante a guerra de África, enquanto Pedro Aires de Oliveira⁴⁵ estudou a política britânica relativamente a Portugal e ao problema colonial português de 1945 a 1974.

No que diz respeito à descolonização, deve-se muito aos investigadores estrangeiros o nosso conhecimento actual sobre o processo de dissolução do Império Português.

³⁶ Cláudia Castelo – *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

³⁷ Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.

³⁸ Mário Pinto de Andrade – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

³⁹ Carlos Pacheco – *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega, 1997.

⁴⁰ Jean-Michel Mabeko Tali – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 volumes). Luanda: Nzila, 2001.

⁴¹ Dalila Cabrita Mateus – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 2001.

⁴² Dalila Cabrita Mateus – *A PIDE na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

⁴³ Pedro Ramos Brandão – *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974*. Lisboa: Notícias, 2004.

⁴⁴ Nuno Mira Vaz – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

⁴⁵ Pedro Aires de Oliveira – *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

Um dos primeiros académicos a abordar o assunto foi o alemão Franz-Wilhelm Heimer⁴⁶, que estudou a descolonização de Angola numa perspectiva sociológica, mas com base quase exclusivamente em fontes jornalísticas, de modo que o seu livro dá uma visão muito parcelar do processo de descolonização portuguesa em África. Outros dois contributos muito significativos nesta área são os livros *The Decolonization of Portuguese Africa*⁴⁷, de Norrie Macqueen, e *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*⁴⁸, de Josep Sánchez Cervelló. Infelizmente, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas e não operaram uma verdadeira problematização dos factos históricos que enformaram o processo político, económico e social da descolonização. Além disso, nenhuma destas obras foi elaborada com base em fontes primárias — fontes que devem estar na base de qualquer investigação histórica —, talvez porque só muito recentemente essas fontes tenham sido disponibilizadas pelos arquivos portugueses e estrangeiros. Mais recentemente é de assinalar a publicação do livro de Witney Schneidman⁴⁹ sobre a intervenção americana na descolonização portuguesa, que consultou para o efeito alguma documentação dos arquivos americanos. Em Portugal, salientamos a publicação do estudo pioneiro *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo*⁵⁰, obra colectiva coordenada pelo angolano Mário António Fernandes de Oliveira. Outro trabalho pioneiro foi o de César de Oliveira, *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976*⁵¹. No entanto, ambos os estudos não vão além de meras «aproximações» ao tema e são carentes de uma análise feita com fontes primárias de arquivo, que na época não estavam disponíveis para consulta. Enfim, no contexto de um renovado interesse sobre a última fase da presença portuguesa em África, apareceram mais alguns trabalhos de historiadores portugueses sobre a descolonização. É o caso do livro de António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*⁵². Este livro é bastante significativo do ponto de vista da interpretação, mas não tem por base uma análise de fontes primárias, pelo que avança pouco no conhecimento já existente sobre o processo de dissolução do Império Português.

⁴⁶ Franz-Wilhelm Heimer – *O processo de descolonização de Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

⁴⁷ Norrie Macqueen – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].

⁴⁸ Josep Sánchez Cervelló – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanoles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.

⁴⁹ Witney W. Schneidman – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.

⁵⁰ Mário António Fernandes de Oliveira (Coordenação de) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo* (2 volumes). Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.

⁵¹ César de Oliveira – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

⁵² António Costa Pinto – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Neste contexto, muito embora a historiografia portuguesa ainda não tenha conseguido dar uma visão estrutural da história do colonialismo português no século XX, podemos afirmar que foram dados alguns passos importantes no sentido de produzir um conhecimento mais estruturado do nosso passado colonial. Claramente é preciso continuar a trabalhar e a fazer investigação de arquivo, em contacto directo com as fontes. Mas é também necessário «dar um salto em frente», no sentido em que a historiografia colonial portuguesa deve (e tem de) dar um salto qualitativo do ponto de vista teórico e metodológico. Isto porque, na nossa perspectiva, falta há nossa emergente historiografia colonial uma base teórica sólida, ou seja um quadro analítico que sirva de guia conceptual para a definição de um programa de trabalhos articulado sobre a história do fenómeno colonial português. Para o efeito, é indispensável realizar uma reflexão aprofundada sobre os conceitos operatórios, as tipologias e as categorias históricas, os métodos e as ferramentas de análise, as fontes e a sua crítica, bem como estabelecer uma agenda de trabalho que articule as várias pesquisas em curso, rompa o isolamento pessoal dos historiadores, crie redes de investigação, faça circular a informação e defina as prioridades de investigação. Só assim podemos construir uma nova história colonial, mais completa e abrangente, capaz de produzir uma autêntica história do Império Colonial Português.

Pela nossa parte, julgamos que qualquer próxima teorização duma nova história colonial portuguesa deve ter por base um conceito que consideramos fundamental, o de situação colonial. É um conceito «velhinho», criado pelo famoso académico francês Georges Balandier⁵³ à mais de meio século, mais precisamente em 1951, mas que nunca foi verdadeiramente aplicado — e as suas potencialidades teórico-analíticas exploradas — pela historiografia portuguesa⁵⁴. Verdade seja dita, o estudo da situação colonial também foi negligenciado durante várias décadas pela historiografia internacional. E isto porque durante muito tempo houve mais interesse por parte dos meios intelectuais europeus em atacar o colonialismo, do que propriamente em estudá-lo. É um facto que muitos historiadores recusaram fazer história colonial porque receavam fazer uma história «dos brancos em África». Influenciados pelas ideologias da descolonização, esses historiadores julgavam que só se devia fazer a história que as novas nações africanas «precisavam» para obter uma espécie de legitimidade histórica, ou seja a história do passado pré-colonial e a história do passado anticolonial, mas nunca a história do passado colonial⁵⁵. Foi só a partir da década de 1980, quando se tornou patente o fracasso da maior parte dos «projectos de modernização» política, económica e social levados a cabo pelos governantes dos novos países africanos independentes, que renasceu o interesse científico internacional pela história colonial em si.

⁵³ Georges Balandier – «La situation coloniale: approche théorique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 11, 1951, pp. 44-79. Veja-se também: Georges Balandier – «La situation coloniale: ancien concept, nouvelle réalité», *French Politics, Culture and Society*, n.º 20, 2002, pp. 4-10.

⁵⁴ Uma das poucas excepções no panorama historiográfico português é representado por este artigo: Isabel Castro Henriques – «Da virtuosa brandura do Branco à preguiça pecaminosa do Negro. Contribuição para uma releitura da situação colonial na África sob dominação portuguesa», *Studia Africana*, I, Janeiro de 1990.

⁵⁵ Frederick Cooper – *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2005, p. 34.

Isto é, foi preciso passar pelo menos duas décadas sobre as independências africanas para que a historiografia internacional revalorizasse em termos científicos o estudo do passado colonial da África. Neste contexto, tendo em conta a cronologia tardia da descolonização portuguesa, não nos surpreende o facto que as potencialidades analíticas do conceito da «situação colonial» tenham permanecido em grande parte inexploradas pela historiografia portuguesa.

Mas o que é, ao fim e ao cabo, a situação colonial? A situação colonial correspondia ao conjunto de realidades económicas, sociais, culturais e políticas coexistentes no espaço colonial, na medida em que abrangia quer a sociedade colonial criada pelos colonizadores europeus, quer as sociedades colonizadas constituídas pelas populações autóctones. A sociedade colonial era o produto directo da colonização europeia e o seu núcleo duro era formado por colonos, missionários, militares, funcionários e administradores coloniais europeus. Ao invés, as sociedades colonizadas — falamos no plural visto que quase sempre existiam mais do que uma no âmbito das fronteiras definidas pelos europeus — correspondiam aos diferentes povos colonizados, cada um dos quais com uma história, língua, tradições, costumes e hábitos próprios, mas todos submetidos — ainda que de forma diferente — à dominação colonial europeia. Embora distintas, a sociedade colonial e as sociedades colonizadas não eram realidades económicas, sociais e culturais estanques. Entre ambas havia uma ampla gama de elementos de contacto e de interdependência e, sobretudo, havia um conjunto de estratos intermédios que funcionavam de ponte entre o mundo dos colonizadores e o mundo dos colonizados. Em Angola, por exemplo, essa ponte foi durante muito tempo estabelecida pelos chamados «ambaquistas», um grupo de africanos em parte europeizados, mas que mantinham laços estreitos com as sociedades africanas de origem e que serviam de intermediários entre os núcleos coloniais portugueses do litoral e os povos e os reinos negros do interior. Noutros casos houve passagens de uma sociedade para a outra. Por exemplo, muitos africanos abandonaram definitivamente as suas sociedades de origem, estabeleceram-se nas cidades fundadas pelos europeus, adoptaram a sua língua, religião, costumes, hábitos alimentares e forma de propriedade e tornaram-se praticamente «iguais», por assim dizer, aos europeus. Estes africanos europeizados — os chamados assimilados — adquiriram o *habitus* — para usar um conceito bourdieusiano — dos brancos, a cidadania portuguesa e até o direito de voto, o que não significa que não fossem por vezes vítimas de episódios de racismo e de discriminação. Por outro lado, existia também um número significativo de brancos que se africanizava e abandonava, por vezes de forma definitiva, o modo de vida europeu. Eram os chamados brancos «cafrealizados», que viviam nas senzalas juntamente com as suas mulheres e famílias negras, adoptando os seus costumes e modo de vida. A sua existência demonstra que o movimento social não ia numa única direcção, mas que era bidireccional e que as sociedades colonizadas, embora politicamente subordinadas ao poder europeu, dispunham duma certa capacidade de atracção social, inclusive entre os brancos.

Neste sentido, o conceito de situação colonial encara o problema colonial na sua totalidade, abarcando todo o conjunto de componentes e de relações no interior do espaço colonial. E é este o ponto de partida para operar a dissecação dos muitos elementos constituintes do fenómeno colonial. Isto é, tendo a situação colonial como base conceptual e ponto de partida, é possível proceder à análise detalhada de todo o

espectro económico, social, cultural e político que compunha a colónia, a sociedade colonial e as sociedades colonizadas, bem como as três macro-categorias históricas correspondentes aos colonizadores, aos colonizados e aos estratos intermédios. Podemos colocar inúmeras questões e abrir infindáveis perspectivas de investigação. Vejamos então algumas das linhas de investigação que poderão constituir elementos de um eventual programa de trabalhos sobre o colonialismo português no século XX.

Desde logo, é necessário problematizar o papel do Estado Português enquanto poder colonial. Neste caso, Portugal deve ser pensado não em termos de Estado-Nação, mas sim como um Estado-Império. Isto porque não existia uma correspondência política entre o Estado e a Nação. O Estado Português representava não só a nação portuguesa, aquela metropolitana, como também todo o Império colonial. E, apesar da hegemonia ideológica das teses integracionistas na política portuguesa de 1951 a 1971, o Império permaneceu sempre algo bem diferente da nação metropolitana. Cada colónia era uma componente autónoma desse «grande» Estado-Império. E cada colónia tinha os seus próprios problemas, aspirações e interesses; a sua vida económica, política e cultural; a sua colocação individual no Império e no mundo. O Império era um espaço económico, social e político multifacetado e, por vezes, dentro duma mesma colónia era possível encontrar diferenças, assimetrias e mesmo oposições regionais acentuadas. O Império era assim um espaço de tensão. No entanto, muito embora nunca tenha existido uma unidade nacional portuguesa do «Minho a Timor», existia uma espécie de unidade política-administrativa imperial definida pela existência de um super-Estado colonial, que se distinguia do Estado central, este último adstrito à metrópole e às ilhas adjacentes. Este super-Estado colonial era constituído pelo Ministério das Colónias, que servia de elo de ligação entre a governação colonial e o governo central, e pelos vários órgãos da administração colonial sediados em cada uma das colónias. Dependendo dos momentos políticos, os órgãos administrativos existentes em cada uma das colónias adquiriam maior ou menor autonomia em relação ao Ministério das Colónias. E, num certo sentido, podemos falar na existência — no interior deste super-Estado colonial — de Estados coloniais mais pequenos correspondentes à administração individual de cada uma das colónias. Assim sendo, parece-nos mais do que necessária uma análise das relações políticas no interior do Estado colonial entre o centro (Lisboa) e a periferia do Império (as colónias africanas), de forma a compreender quem governava na prática o Império, as suas elites políticas, administrativas e militares⁵⁶.

Paralelamente, é preciso fazer a história do colono português em África. De facto, muito embora o assunto já tenha sido abordado nos nossos estudos e no livro (anteriormente citado) de Cláudia Castelo, continua a não existir uma história propriamente dita do colono português em África. No fundo trata-se de fazer a história dos colonizadores na verdadeira acepção da palavra, ou seja a história dos homens e das mulheres que partiram de Portugal para povoar, trabalhar e criar novas pátrias de matriz lusíada em terras africanas. Para o efeito é necessário estudar a vida quotidiana

⁵⁶ Este trabalho já foi em parte iniciado para Moçambique por Amélia Neves de Souto. Veja-se Amélia Neves de Souto – *Caetano e o ocaso do Império. Administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

dos colonos e as suas relações com as populações indígenas e com os demais segmentos demográficos da respectiva situação colonial. Mas é também imperioso questionar o papel dos colonos no processo de formação das nações dessas antigas colónias portuguesas. Assim, importa analisar o comportamento político dos colonos, a sua atitude e o seu papel na guerra colonial e no processo de descolonização, bem como as suas relações com a administração colonial portuguesa. Ainda neste campo, é necessário perceber o papel dos grandes grupos económicos portugueses e estrangeiros na estruturação do sistema colonial português, bem como as suas relações — quase sempre de tensão — com o capital propriamente colonial, constituído pelos estratos superiores dos colonos, ou seja as chamadas «forças vivas» coloniais que se organizavam em associações económicas de carácter agrícola, industrial e comercial. Este é um mundo que nos permanece quase desconhecido, muito embora haja sobre a matéria uma imensidão de fontes, que estão disponíveis, pelo menos em parte, para consulta. A este respeito, parece-nos essencial a realização de uma análise acurada das numerosas publicações, boletins, revistas, relatórios e outro tipo de documentos produzidos ao longo de várias décadas pelas associações económicas coloniais. E, sempre que possível, uma pesquisa nos arquivos ainda existentes dessas mesmas instituições.

Outra área em que há muito por fazer é a que diz respeito à história dos grupos intermédios mestiços e asiáticos, indianos e chineses, que constituíam elementos particularmente dinâmicos na sociedade colonial moçambicana, sobretudo em cidades como Lourenço Marques, Beira e Moçambique. É uma das áreas mais aliantes porque coloca em relação o estudo de diversas componentes das situações coloniais da África Oriental, evidenciando a existência de uma realidade civilizacional muito complexa do ponto de vista demográfico, económico-social, cultural e político. Uma realidade que se estendia da Somália ao Cabo, passando pelos planaltos do Quênia e do Uganda, pelas margens dos grandes lagos africanos e pelas ilhas do Índico, e que tinha o seu centro em Zanzibar e nos sultanatos do Norte de Moçambique. É-nos pois quase desconhecido o processo de sobreposição, aculturação e integração dos elementos europeu e asiático na matriz africana negra dessa ampla região durante o século XX. E uma boa via de penetração na história dessa realidade civilizacional poderá ser o estudo da riquíssima imprensa colonial moçambicana e das muitas associações de grupo que floresceram no território moçambicano durante a dominação portuguesa. Na verdade, a análise da imprensa colonial portuguesa é essencial não só para o estudo da vida quotidiana das sociedades coloniais em África, mas também para a compreensão da história da vida política das colónias portuguesas.

Relativamente aos africanos negros assimilados, talvez seja pertinente do ponto de vista conceptual pensar o fenómeno da assimilação na perspectiva de criação, por parte do poder colonial, de uma espécie de «cidadania imperial», que era necessariamente diferente daquela metropolitana, mas que tinha um sentido político próprio no contexto da situação colonial. A assimilação política — para além de económica, social e cultural — de certos segmentos das populações africanas não foi aliás um fenómeno atinente só ao sistema colonial português. A França adoptou uma política de assimilação «limitada» nalguns dos seus territórios coloniais e outras formas de cidadania imperial existiram nos casos britânico, belga e italiano. O mesmo se pode dizer do indigenato, ainda que aqui haja diferenças muito significativas entre o colonialismo britânico e os sistemas adoptados pelos países latinos.

Ao mesmo tempo, é preciso adoptar uma perspectiva interdisciplinar para proceder ao estudo da história das populações colonizadas africanas. Só com o recurso à antropologia e à recolha de fontes orais, em especial a tradição oral, é possível fazer a história das sociedades colonizadas, muitas das quais não dispõem de testemunhos escritos do seu passado. A ideia não é nova e os ensinamentos de Jan Vansina⁵⁷ são neste aspecto exemplares. Mas julgamos que podemos aprender muito com a experiência da escola indiana dos *subaltern studies*, que tem procurado fazer a história das populações subalternas do subcontinente indiano. A tarefa não é fácil, porque é necessário «dar voz» aos que permaneceram sempre no «silêncio» da história. Parece-nos, porém, que este é um desafio que deve ser assumido prioritariamente pelos próprios historiadores africanos, porque se trata de descobrir as raízes mais profundas da África dos quais são herdeiros os africanos da actualidade. E é aos africanos que cabe o papel pioneiro de redescobrir a África e a história dos seus povos.

Mas voltando a falar de colonialismo, que é assunto que diz respeito tanto aos historiadores africanos como aos historiadores europeus, julgamos necessária a realização duma análise atenta do pensamento colonial português contemporâneo. Para o efeito, deve-se analisar o pensamento dos governantes portugueses e doutras figuras significativas do nosso colonialismo, a começar por Salazar e por Marcelo Caetano e passando por figuras como Norton de Matos, Quirino Avelino de Jesus, Armindo Monteiro, Adriano Moreira, Silva Cunha, etc. Foram estes homens que influenciaram de forma mais determinante os rumos da nossa política colonial em África. Torna-se por isso imprescindível conhecer o seu pensamento para poder compreender as linhas mestras do colonialismo português no século XX. E importa também perceber o papel das ideologias raciais — e da raciologia enquanto disciplina «científica» com uma certa audiência política no período entre as duas guerras mundiais — na estruturação política e jurídica do sistema colonial português em África. Na verdade, a produção da nossa etnografia colonial é riquíssima nesta área, salientando-se nos seus estudos de raciologia o antropólogo Mendes Correia, bem como alguns elementos da Escola Médica de Goa. Uma área que tem sido abordada para os colonialismos britânico e francês com excelentes resultados do ponto de vista da historiografia, mas que não tem merecido a devida atenção em Portugal.

Enfim, parece-nos indispensável a adopção duma perspectiva mais ampla do fenómeno colonial, de maneira a estudar o Império Português — e o seu fim — não de forma isolada, mas no quadro internacional do colonialismo europeu em África (e na Ásia). Isto significa que a nossa colonização deve ser analisada em comparação com a colonização britânica na África do Sul, na Rodésia ou no Quênia, ou com a colonização belga no Congo. A este respeito, não podemos esquecer que havia uma certa integração regional — ao mais diversos níveis — entre as colónias portuguesas, britânicas e belga da África Austral, formando uma espécie de «unidade» que era fomentada pelas próprias vias de comunicação, em especial pelo caminho de ferro. Mas há outros termos de comparação que não devem ser ignorados. Por exemplo, um eventual confronto com o colonialismo italiano poderá ser bastante pertinente do ponto de vista histórico-político, na medida em que Portugal e a Itália eram as únicas

⁵⁷ Jan Vansina – *Oral Tradition as History*. London: James Currey, 1985.

ditaduras europeias a possuir vastas possessões coloniais, isto é, um Império. Ditadura e Império é pois um binómio quase só atinente aos casos português e italiano.

Neste sentido, ficam aqui alguns elementos para a elaboração de uma futura agenda de investigação sobre o colonialismo português no século XX. Esperamos que sejam de alguma utilidade para o desenvolvimento de uma historiografia mais estruturada sobre o nosso passado colonial.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Luiz – *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977.
- ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil. Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim (Dir. de) – *O Império Africano, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri-IHCUNL, 2000.
- ANDRADE, Mário Pinto de – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- BALANDIER, Georges – «La situation coloniale: approche théorique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 11, 1951, pp. 44-79.
- BALANDIER, Georges – «La situation coloniale: ancien concept, nouvelle réalité», *French Politics, Culture and Society*, n.º 20, 2002, pp. 4-10.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa* (5 volumes). Navarra: Temas e Debates, 2000.
- BIRMINGHAM, David – *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*. Oxford: James Currey, 1992.
- BOXER, Charles R. – *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- BRANDÃO, Pedro Ramos – *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974*. Lisboa: Notícias, 2004.
- CAETANO, Marcelo – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951.
- CAETANO, Marcelo – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- CAETANO, Marcelo – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Lisboa: Ática, 1971.
- CAHEN, Michel; MESSIANT, Christine – *Vilas e cidades. Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers Monde, 1989.
- CARDOSO, General Silva – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001.
- CASTELO, Cláudia – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- CASTELO, Cláudia – *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- CASTRO, Armando de – *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Caminho, 1978.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanoles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.
- CHABAL, Patrick – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CLARENCE-SMITH, Gervase – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

- COOPER, Frederick – *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2005.
- CORREIA, Pedro Pezarat – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991.
- CRUZ, Pompílio da – *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- CUNHA, J. M. da Silva – *Aspectos dos movimentos associativos da África Negra* (2 volumes). Lisboa: JIU, 1958-1959.
- CUNHA, J. M. da Silva – *Questões ultramarinas e internacionais* (2 volumes). Lisboa: Ática, 1960-1961.
- DUFFY, James – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- DUFFY, James – *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- FERREIRA, Eduardo Sousa – *Portuguese Colonialism from South Africa to Europe*. Freiburg: Aktion Dritte Welt, 1972.
- FORTUNA, Carlos – *O fio da meada: o algodão de Moçambique. Portugal e a economia-mundo 1860-1960*. Porto: Afrontamento, 1993.
- GALVÃO, Henrique – *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional, 1934.
- GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos – *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.
- GUERRA, João Paulo – *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004.
- HAMMOND, Richard – *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização de Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- HENRIQUES, Isabel Castro – «Da virtuosa brandura do Branco à preguiça pecaminosa do Negro. Contribuição para uma releitura da situação colonial na África sob dominação portuguesa», *Studia Africana*, I, Janeiro de 1990.
- HENRIQUES, Isabel Castro – *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.
- JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- LEITE, Joana Pereira – *La formation de l'économie coloniale au Mozambique*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.
- LOUIS, Wm Roger; BROWN, Judith M. (Ed. by) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century* (Vol. 4). Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MACHADO, Mello – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d.].
- MACQUEEN, Norrie – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].
- MARCUM, John – *The Angolan Revolution*. Vol. I: *The Anatomy of an Explosion, 1950-1962*. Vol. II: *Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*. Cambridge: MIT Press, 1969-1978.
- MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (Dir. de) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. XI, *O Império Africano, 1890-1930*. Lisboa: Estampa, 2001.
- MATEUS, Dalila Cabrita – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 2001.
- MATEUS, Dalila Cabrita – *A PIDE na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

- MESSIANT, Christine – *L'Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Paris: Écoles de Hautes Études en Sciences Sociales, 1983.
- MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Porto: JIU, 1956.
- MOREIRA, Adriano – «As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique», separata da revista *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2, 1956.
- NEWITT, Malyn – *Portugal in Africa: the Last Hundred Years*. London: C. Hurst & Co., 1981.
- NEWITT, Malyn – *A History of Mozambique*. London: C. Hurst & Co., 1995.
- OLIVEIRA, César de – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Coordenação de) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo* (2 volumes). Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.
- OLIVEIRA, Pedro Aires de – *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.
- PACHECO, Carlos – *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega, 1997.
- PÉLISSIER, René – *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1978.
- PÉLISSIER, René – *Le naufrage des caravelles. Etudes sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1979.
- PEREIRA, Sá – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.
- PINTO, António Costa – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- REIS, João dos – *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*. Queluz: Literal, [s.d.].
- RIBEIRO, General Gonçalves – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.
- SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (Coordenação de) – *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c. 1930). Actas da III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 2000.
- SCHNEIDAMAN, Witney W. – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SOUTO, Amélia Neves de – *Caetano e o ocaso do Império. Administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- TALI, Jean-Michel Mabeko – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 volumes). Luanda: Nzila, 2001.
- TELO, António José – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- TORRES, Adelino – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- VANSINA, Jan – *Oral Tradition as History*. London: James Currey, 1985.
- VAZ, Nuno Mira – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René – *Angola*. London: Pall Mall Press, 1971.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

